



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº _____, de 2014

(Do Sr. Onofre Santo Agostini)

Acrescenta parágrafo ao art. 26 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências, para incluir o estudo da Constituição da República Federativa do Brasil na base curricular nacional comum.

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 26.

.....

§ 10. Os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir o estudo geral da Constituição da República Federativa do Brasil, de forma adequada a cada etapa do desenvolvimento do estudante.

I – no início de cada ano letivo, todo o estudante do ensino fundamental, a partir da 5º ano do ensino fundamental, e no ensino médio deve receber gratuitamente um exemplar da Constituição da República Federativa do Brasil.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICATIVA

Conforme postula o artigo 22 da nossa Constituição, em seu inciso XXIV, é competência privativa da União, e, portanto, cabe ao Congresso Nacional (art. 48 da CF), legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Isso se dá, principalmente, porque há a intenção de que prevaleça um projeto de futuro de País, comum a todos os brasileiros, que promove a identidade nacional e acena para um país que queremos ter.

Diante dessa importante responsabilidade, insere-se a presente proposição. A cidadania só passa a ser plenamente exercida quando a pessoa compreende que vive em um Estado que emana direitos e deveres, além de determinada estrutura que lhe confere características peculiares que, ao fim, regem a vida em sociedade.

Os prejuízos advindos da ausência de uma população consciente de seus direitos, deveres e obrigações não são mensuráveis. Principalmente porque talvez a mais importante ferramenta de controle e fiscalização do Estado seja o controle social. Além disso, as pessoas cultivam uma cultura de distanciamento da política, e, muitas vezes, de desinteresse. Se as pessoas compreendessem que a política é o que, ao fim, rege a vida em sociedade, já que dita as diretrizes do futuro de um país na forma de normas, diretrizes, programas, provavelmente buscariam influenciar e participar mais deste mundo.

Nesse contexto se insere a necessidade de inclusão, nos currículos do ensino fundamental e médio, de conteúdos sobre a Constituição do Brasil. De forma adequada a cada faixa de desenvolvimento da pessoa, conteúdos sobre direitos humanos, deveres e obrigações, estrutura e funcionamento do Estado, passariam a fazer parte da vida da pessoa antes mesmo de ela adquirir direitos políticos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Investir em conhecimento sobre a Constituição é investir num país no qual a população tem condições efetivas de participar da vida política. Com esta ação, pretende-se que a participação popular e o controle social e *accountability*, passem do mero discurso para uma prática incorporada ao cotidiano das pessoas, arraigada no próprio conceito de cidadania.

Sala das Comissões, em 03 de setembro de 2014.

Deputado ONOFRE SANTO AGOSTINI
PSD/SC